

Nova Carta pode ser retardada

BRASÍLIA — O senador Jarbas Passarinho apresenta hoje duas propostas à Comissão de Redação da nova Constituição, que atrasam um pouco o calendário de promulgação da nova Carta. A primeira é que todas as matérias novas que surgirem do trabalho da comissão sejam apreciadas numa votação particular, e não já dentro da votação do texto final. Essas matérias seriam votadas um dia antes da votação do texto

final, em bloco e em dois turnos. "Assim, evitaríamos que se dissesse, no futuro, que a Constituição foi inconstitucional ao dar para essas matérias um tratamento diferente do que foi dado aos demais assuntos", argumentou o senador.

A segunda proposta implica a alteração da data da votação global do texto, marcada para 22 de setembro. Passarinho teme que os constituintes apresentem muitas

mudanças redacionais. Eles terão dois dias (16 e 17) para apresentar emendas, e a Comissão de Redação disporá de também dois para apreciá-las. "Dificilmente haverá emendas iguais, que possam ser votadas em blocos", acha o senador. "Se o número de emendas for muito grande, não haverá tempo de a comissão apreciar tudo."

A primeira reunião da Comissão de Redação é hoje às 9 horas da manhã. Começa cercada das desconfianças de Passarinho, e com cinco integrantes a mais do que o previsto inicialmente. O que levou o senador, co-presidente da comissão, a comentar com ironia: "Tem filólogo demais nesse Congresso". Depois, ele explicou temer que se pretendam mudanças "mais que redacionais", com a substituição de vírgulas por pontos ou com a retirada de palavras. As alterações "podem ser mais sérias do que se pensa", daí as suas sugestões.

Das 57 alterações sugeridas pelos relatores à Comissão de Redação, Passarinho só discorda de quatro. De duas, prefere a redação atual. As outras duas, porém, alterarão o mérito da Carta, extrapolando o trabalho da comissão. São as que sugerem a inclusão dos bens do Distrito Federal e o pagamento de Imposto de Renda pelo presidente, o vice e os ministros. "Nesses dois casos, não se configura unicamente omissão ou esquecimento", diz o senador. Foi para impedir que se forcem alterações desse tipo que Passarinho vinha apontando, desde a semana passada, para a falta de proporcionalidade de comissão: pequenos partidos poderiam agora interferir para alterações no texto que, diante da correlação de forças no plenário, não tinham conseguido antes. "A esquerda estava muito forte. Agora não está menos, mas deu-se aos partidos maiores um peso mais próximo do seu peso real dentro da Constituinte", ponderou Passarinho. Assim, a bancada do PMDB na comissão ganhou três membros, e a do PFL ficou com mais dois.



José Paulo/AE

Passarinho teme que comissão mude texto aprovado